A CONSTRUÇÃO DO "DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO: UM ESTUDO SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DA "CRISE AMBIENTAL"

Leandro Dias de Oliveira[1]
Endereço Eletrônico: diasgeo@ig.com.br

A concepção de *Desenvolvimento Sustentável* apresenta-se atualmente, em caráter urgente e multi-escalar, como o caminho seguro na construção de uma sociedade mais justa e equável e para a redenção dos inúmeros males da humanidade. Seu cerne é representar uma inquestionável proposta de resolução da "*Crise Ambiental*", um potente estigma deste novo século que parece ambicionar – *antes mesmo de qualquer questionamento* – uma breve solução. Esta *crise ambiental*, intimamente vinculada à expropriação inadequada dos recursos advindos da natureza e pautada na consolidação de ideal de dominação e superioridade da espécie humana, foi debatida em grandes conclaves internacionais, destacadamente em Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992).

Nesta última grande conferência foi proclamada a concepção de Desenvolvimento Sustentável, que se mostra enigmática ("apócrifa", "apátrida", "atemporal") e frágil, mas vem cooptando inúmeros entusiastas. Sua definição alude à satisfação das necessidades presentes e futuras da humanidade, em um claro paradoxo às contradições do sistema capitalista mundial.

A simples condição de esta idéia mostrar-se unânime e irrefutável transformou-se na motivação para que estudássemos sua gênese, seus pressupostos e significados. Apontamos, neste trabalho, que a trajetória da construção deste ideário que objetiva ser consensual, na busca da aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente, só atingiu seu intento quando o debate de uma melhor utilização da natureza inseriu-se na ordem do neoliberalismo econômico. Esta afirmativa ganha maior vigor quando analisamos o contexto político-econômico mundial no período da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92, no Rio de Janeiro), que envolveu o incrível número recorde de delegações de 178 países e promoveu a celebração do Desenvolvimento Sustentável através de documentos como a Agenda 21.

ECO – 92: O Encontro entre o Neoliberalismo Econômico e o "Meio Ambiente"

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida simplesmente como ECO – 92, foi programada durante convocação da ONU em 22 de dezembro de 1989, onde foi acertado que o Brasil sediaria o gigantesco encontro. A cidade do Rio de Janeiro seria então o palco perfeito para a transformação estratégica do desenvolvimento capitalista.

Em uma primeira análise, a ECO – 92 foi a grande responsável pelo acordo de celebração do modelo de Desenvolvimento Sustentável em caráter global, com a adoção da

---

[1] Mestre em Geografia pela UERJ, Prof. Substituto da UERJ – Faculdade de Formação de Professores e Prof. Assistente da FERLAGOS (Faculdade da Região dos Lagos / Cabo Frio – RJ).

Agenda 21 como receituário dos países signatários [2]. Mas o verdadeiro acerto ocorreu anteriormente, na conferência de cúpula da G7 [3], em 1989, antes da convocação da CNUMAD, quando os sete países mais poderosos economicamente do mundo fizeram um apelo no sentido da "adoção imediata, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável" [4].

O empresariado de maior estatura internacional também adotou a cartilha do novo modelo, pactuado na Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental, organizada pela Câmara Internacional do Comércio. Através da assinatura de um catálogo de diretrizes intitulado "Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável", esta conferência, que ocorreu no ano de 1991, também estimulou a adoção de práticas administrativas que efetivem esta nova estratégia de progresso econômico. Outros grupos empresariais, que enquadram Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Índia e Malásia, também empreenderam mecanismos de regulamentação ambiental de acordo com os ensinamentos da sustentabilidade.

A adoção imediata dos pressupostos do Relatório Brundtland [5] pelas nações mais poderosas e pelo empresariado internacional não ocorreu por cooptação ou mudança de prioridades: o Desenvolvimento Sustentável nasceu no âmago do pensamento da classe dominante, e utiliza os pressupostos do *conservacionismo* juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão de negócios: o *"Princípio da Precaução"*.

Este princípio foi inicialmente acordado na Conferência Mundial da Indústria sobre Administração Ambiental, em 1984, e depois aceito na Reunião do G7 em 1989,

---

[2] Já atentamos em ocasião anterior sobre as raízes do Desenvolvimento Sustentável: suas origens remetem à obra do liberal norte-americano do final do século XIX, Gifford Pinchot, responsável pela teorização acerca do que se convencionou chamar de conservacionismo (uso racional da natureza através de pequenos estoques), mas somente na década de 1960 houve uma aproximação dos movimentos ambientalistas nascentes e das estratégias geopolíticas, de matriz neomalthusiana, para adequação da natureza-combustível a um novo ritmo de desenvolvimento que mantivesse as relações exploratórias entre centro e periferia no sistema-mundo. Ou seja, tornou-se necessário, sob o viés hegemônico, cuidar da natureza para evitar seu esgotamento e não prejudicar a continuidade do ritmo capitalista. Tudo isso gerou uma grande celeuma, que originou estratégias aparentemente sinceras de cuidado ambiental, como o Ecodesenvolvimento, e outras de caráter claramente dominante, como o Crescimento Zero, que pregava o congelamento econômico dos países intitulados de "Terceiro Mundo". O Desenvolvimento Sustentável é o corolário deste processo de encontro de interesses, que eclipsou as antigas divergências, e simboliza o fracasso da Conferência de Estocolmo, onde houve grande dissenso de idéias, e o sucesso da ECO – 92. Ver: OLIVEIRA, Leandro Dias de. "A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão". In: 4.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2005, Campinas. Comunicações 4º CEMARX. Campinas: Unicamp, 2005.

[3] "Grupo dos Sete", que envolve as nações mais desenvolvidas do mundo: Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Atualmente, com a inserção da Rússia na cúpula, adotou a nomenclatura G8.

[4] SCHMIDHEINY, Stephan. *Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

[5] BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1988. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. Trata-se de um extenso relatório publicado em 1987, que adquiriu o sugestivo título de *"Nosso Futuro Comum"*, construído por uma comissão da ONU presidida pela *premier* norueguesa Gro Harlem Brundtland, que sedimentou o Desenvolvimento Sustentável como uma nova estratégia de desenvolvimento do capitalismo. É um documento que prega o mercado como gestor do meio ambiente e o Estado como regulador das compensações econômicas.

citada anteriormente. O empresariado entende o *"Princípio da Precaução"* como uma oportunidade inigualável de superar o risco e a incerteza através de investimentos e estudos localizados. O consumo mais eficiente de energia, a redução de poluição nas escalas global e local e o uso racional de matéria-prima fornecem a chance da criação de novas técnicas mais lucrativas e estimulam transformações econômicas mais virtuosas, em lugar da aceitação sectária dos problemas existentes. A precaução quanto ao fim da natureza-combustível sofre então uma mutação, deixando de representar temor e preocupação, e se transforma em aprofundamento de pesquisas científicas, desenvolvimento de novas tecnologias, atualizações administrativas, e por fim, lucros maiores e mais duráveis.

Segundo S. Schmidheiny (1992), este princípio foi fortalecido na Declaração Ministerial da Reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, em Bergen, quando ficou decidido que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, as políticas tinham que se basear no princípio da precaução, e assim as medidas ambientais deveriam prever, evitar e atacar as causas da degradação ambiental. Além disso, o autor – um industrial suíço, presidente do BCSD (Business Council for Sustainable Development) e Consultor Principal de Comércio e Indústria junto à CNUMAD 92 – evidencia ainda mais a concepção de Desenvolvimento Sustentável para o mega-empresariado, quando afirma, de maneira contundente e direta, que "a pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de forma a refletir os custos dos recursos ambientais e outros", e ainda que "os mercados abertos podem motivar as pessoas para o desenvolvimento sustentável"[6].

Desta forma, o Desenvolvimento Sustentável configura-se como pensamento dominante de nossa época. Após estes acordos tácitos da burguesia internacional, a Conferência do Rio de Janeiro deveria se constituir no *"locus"* para a aceitação do pensamento dominante. O ocultamento destes conclaves anteriores e a apropriação de idéias comungadas com o pensamento ecológico em voga foram medidas necessárias para uma melhor aceitação das idéias hegemônicas. Além disso, o Desenvolvimento Sustentável possui caráter genérico e global, além de um conteúdo engenhoso e "incompleto", que o diferenciava da proposta ineficiente de *crescimento zero*, discutida na Primeira Conferência, em Estocolmo. A escolha do país-sede do "espetáculo" da Conferência não poderia conter erros.

Ao contrário da Primeira Conferência, realizada na rica, desenvolvida e fria Suécia, a nova conferência foi realizada no Brasil, um país periférico, dependente, de industrialização tardia. Mas, apesar de seus severos problemas econômicos e sociais, o Brasil apresenta uma cultura rica e diversificada, ilustrada por uma explosão de ritmos e festas proeminentes e um vasto calendário de espetáculos internacionais. Estes

---

[6] Esta obra – SCHMIDHEINY, *Mudando o Rumo*, 1992, citada anteriormente – corresponde à publicação do resumo executivo de um conjunto de conferências e *workshops* que reuniram cinqüenta líderes de grandes empresas mundiais, como as gigantes Procter & Gamble, Shell, Kiocera e Volkswagen. Aliás, o BCSD foi criado com o intuito de construir uma visão empresarial sobre o meio ambiente, a partir de um convite feito pelo próprio Maurice Strong (secretário geral na ECO – 92) ao Stephan Schmidheiny, e por isso, as formulações contidas nesta publicação clarificam as relações (lucrativas) do mercado com o meio ambiente sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, através, inclusive, de exemplos práticos envolvendo ações empresarias da época.

"predicados" do Brasil o colocavam como palco ideal da festa de celebração para o Desenvolvimento Sustentável.

Mas, além de periférico e festivo, o Brasil despertava a atenção mundial por uma outra grande especificidade: em seu território localizava-se a maior parte da *Amazônia*, vasta floresta equatorial, com imensa diversidade de espécies animais e vegetais e de imensurável valor econômico. Dentro desta geopolítica, onde o escopo primaz é a gestão da natureza enquanto mercadoria de extremo valor, as riquezas amazônicas, atuais e futuras destacavam o Brasil no epicentro de toda a discussão.

A escolha do Brasil como sede da ECO – 92 ocorreu imediatamente após a realização, em novembro de 1989, em Washington, do encontro convocado pelo Instituto de Economia Internacional, do qual participaram funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID –, além de economistas latinos. A temática do evento era a avaliação das reformas econômicas dos países da América Latina e, apesar do revestimento acadêmico não-deliberativo, ganhou grande significação simbólica e acabou recebendo a denominação subseqüente de *"Consenso de Washington"*.

Esta reunião teve como objetivo a ratificação da proposta neoliberal que o governo americano vinha insistentemente recomendando, através das entidades internacionais anteriormente relacionadas, para estabelecimento de políticas de cooperação financeira [7]. Estas idéias obtiveram plena aceitação dos economistas latinos presentes e foram adotadas em governos de países como México e Argentina e, no Brasil, durante o mandato presidencial de Fernando Collor de Mello [8].

O Brasil, seria, em junho de 1992, um local estratégico para a realização da ECO – 92. Nesta conferência, o objetivo foi criar a aparência de um debate amplo e democrático, entre todos os participantes de praticamente todas as nações do mundo, sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais. Mas, ao contrário desta aparência dialógica, a ECO – 92 foi verdadeiramente o palco escolhido para a aclamação do Desenvolvimento Sustentável enquanto mecanismo de transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes. Os eventos paralelos, que reuniram ONG's, movimentos sociais e ativistas políticos, foram tratados de maneira geral pela mídia como um prolongamento festivo do evento. A agenda internacional já estava planejada, e faltava a cooptação universal dos países periféricos e dos próprios movimentos de questionamento.

A ECO – 92 foi uma atividade cênica, com movimentos e decisões coreografados, cujo cerne era informar a platéia, de maneira célebre, acerca do Desenvolvimento Sustentável. A assinatura da Agenda 21 foi o ato simbólico, o marco crucial mais contundente da efetivação deste modelo enquanto nova ordem.

---

[7] BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: 1994. Disponível em: <http://tarcisiodezena.sites.uol.com.br/apostila/conswash.htm>. Acesso em 10 de junho de 2005.

[8] O pensamento neoliberal, como sabemos, questiona a competência do Estado em intervir em questões sociais, econômicas e até mesmo ambientais. O presidente Collor de Mello, inclusive, aceitou a solicitação do G7, em 1990, de estudo de co-gestão internacional da Amazônia, empreendido pelo Banco Mundial, acatando decisões como a demarcação de imensas reservas fronteiriças, muito além das necessidades de preservação das culturas indígenas.

O Significado Estratégico da "Crise Ambiental"

Compreender o Desenvolvimento Sustentável se desdobra em entender as mediações sociais que fundamentam o próprio significado de desenvolvimento e na reflexão sobre o significado da crise ambiental. Trata-se uma dual articulação de idéias, que envolve uma "tensão teórica" e uma "fortaleza conceitual", presente no capitalismo contemporâneo.

Existe uma profunda "tensão teórica" envolta sob o amálgama que representa o conceito de desenvolvimento, que alude à própria relação sociedade x natureza e a atual adequação de um novo modelo técnico-produtivo, que podemos asseverar como "acumulação flexível" [9], ou de maneira até mesmo conservadora, de reestruturação produtiva do capital. A "tensão teórica" que nos referimos prescreve as diferentes idealizações / materializações acerca do modelo de desenvolvimento em gestação. Ao invés de se pensar em uma reformulação profunda no significado de desenvolvimento, assistimos o fausto de seus pressupostos técnicos [10] e às constantes readequações superficiais de pouco lastro empírico. Observamos então seguidos embates infrutíferos sobre as possibilidades de sucesso de novos modelos de desenvolvimento, como o que apresentamos em tela.

Não se trata de afirmar existir um rapto conceitual do termo "desenvolvimento" pelo capitalismo, nem tampouco nos atermos a pensar uma nova modalidade de desenvolvimento. O cerne é a discussão sobre o paulatino esgotamento de um estilo de desenvolvimento, nascido com a revolução industrial e reforçado pelo Fordismo, onde a natureza se transformou em combustível e o homem (*proletário*) em engrenagem na máquina econômica mundial.

Nossas idéias estão alicerçadas na certeza de que Estocolmo e Rio de Janeiro foram palcos da necessidade global de reflexão sobre o conceito de desenvolvimento. Estes conclaves internacionais objetivaram soluções não somente para os problemas ambientais a partir dos preceitos econômicos hegemônicos, mas também nos revelaram a inadequação do atual paradigma mecanicista newtoniano-cartesiano, que está epistemologicamente calcado na modernidade científica e é empiricamente observável na cadeia de relações sociais circunscritas no que podemos chamar de binômio Capitalismo – Industrialismo. Ou seja, se existe uma crise, esta será ambiental, produtiva e do próprio conhecimento[11].

Mas, em tom adverso ao que arriscamos chamar de "tensão teórica", entendemos existir uma "fortaleza conceitual" severamente erigida, que parece não permitir profundos questionamentos e se tornou algo quase metafísico: a "Crise Ambiental", que se

---

[9] HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13. Ed. São Paulo, Loyola, 2004.

[10] GONÇALVES, Carlos W. P. "Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável". In: *Geografia, Política e Cidadania. Terra Livre*, n.º 11-12. São Paulo: AGB, p. 9-76, 1992.

[11] Esta tensão permanece presente nos debates sobre a ruptura paradigmática atual, no debate sobre o declínio de uma "civilização geológica", cuja referência é o processo repetitivo e mecanicista da revolução industrial baseada no uso de "recursos" naturais esgotáveis, como os metais básicos, o carvão e petróleo. Não são poucos os autores que partem destes pressupostos e analisam a renovação conceitual-epistemológica e a transformação material de um novo projeto científico-produtivo como uma proposição emergente das necessidades do sistema hegemônico, que envolve desde uma superação desta civilização baseada no usufruto dos combustíveis fósseis e a reformulação das tarefas fabris tão repetitivas do trabalho humano. (Ver, p. ex.: CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. 22. Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1999; MOREIRA, Ruy. **O Círculo e a Espiral**: Para a Crítica da Geografia que se Ensina – I. Niterói / RJ: Edições AGB – Niterói, 2004).

delineia como grande anátema do século XXI e parece eclipsar outras questões de importância inquestionável.

Antes de tudo, há que se pensar as vicissitudes teóricas sobre a existência desta crise. Arlete Moyses Rodrigues, que já nos alertou sobre a inconsistência da concepção do Desenvolvimento Sustentável ("ideário", "mito", "idéia mágica", "lenda") cuja fragilidade visa ocultar uma agenda política pautada na manutenção da dominação de classe (realizando um mitológico choque de gerações presentes e futuras), assevera que podemos enxergar a crise ambiental como uma a possibilidade de criação de um novo olhar para com o espaço, que de forma alguma afasta a condição de "recurso" que o capitalismo enxerga natureza e ainda mantém o território como fonte de riqueza a ser controlada por poucas mãos, agora em forma de patente, propriedade intelectual e controle do capital técnico-científico [12].

Ou seja, há uma transmutação da *"Ideologia do Desenvolvimento"* para a *"Ideologia do Desenvolvimento Sustentável"*, sendo esta última uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento. Trata-se de uma mediação para um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusiva de uma classe, com a prática de um Novo Colonialismo[13], ou mesmo, um Novo Imperialismo [14].

Entendendo desta maneira a concepção de Desenvolvimento Sustentável, logo somos obrigados a interpretar a crise como intempérie *necessária* ao Modo de Produção Capitalista. Com base no economista russo Nicolai Kondratiev, alguns autores exploraram o caráter cíclico do sistema capitalista – que varia momentos de auge e crise – , em ondas *quase* naturalizadas pela exigência da efetivação das profundas revoluções das forças produtivas da burguesia, que Karl MARX alegava em suas obras [15]. Immanuel Wallerstein [16] e Jean-Marie Martin [17] nos alertam sobre a dimensão da atual crise produtiva, que coloca em risco o próprio sistema capitalista e as bases edificadas no século XX, mas reconhecem sua necessidade para a adequação das novas exigências do modelo produtivo, pautado em uma nova relação de trabalho, fontes renováveis de energia e, principalmente, em um novo modelo de desenvolvimento, como manutenções e transformações em relação ao existente.

Logo, torna-se pertinente questionar a existência de uma crise verdadeira para o capital de caráter ambiental, e qual o seu papel em relação às transformações em curso. Entretanto, é inquestionável que o Desenvolvimento Sustentável é uma das faces da moeda (complementada pelo Neoliberalismo Econômico) deste grande processo de adaptação do Capitalismo às novas necessidades (baseadas em contradições pretéritas) dos dias atuais.

---

[12] RODRIGUES, Arlete Moyses. "Problemática Ambiental = Agenda Política: Espaço, Território e Classes Sociais". In: *Boletim Paulista de Geografia*, v. 83, p. 91-110, 2006.

[13] REBÊLO JÚNIOR, Manoel. *O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização*. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

[14] HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

[15] Consultar: MARX, Karl. *O Capital* (3 Livros, 6 Volumes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista***.** Lisboa: Editorial Avante, 1975; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; entre outras.

[16] WALLERSTEIN, Immanuel. "Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo" In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

[17] MARTIN, Jean-Marie. *A Economia Mundial da Energia*. São Paulo: Unesp, 1990.

Da mesma maneira que toda esta discussão ambiental se apresenta sob a égide do Neoliberalismo Econômico, este último revela suas inconsistências na capacidade de resolução do que lhe é proposto. Isto parece indicar um ato farsesco, onde tanto o Desenvolvimento Sustentável quanto o Neoliberalismo Econômico são apenas máscaras de um grande processo – em curso – de reestruturação produtiva do capital.

Considerações Finais

Há uma indelével contradição teórica a responder: parece existir uma multifacetada crise (ambiental, mas também econômica, política, social, etc.), devido ao acirramento de um modelo industrial que destrói impiedosamente a natureza-combustível e exige a "ecologização" de algumas medidas econômicas. Mas esta crise na verdade não é real (para o capital), mas justamente uma nova forma de reprodução ampliada do capital (uma fórmula para aumento dos lucros), e segundo os ensinamentos de A. M. Rodrigues, um deslocamento ideológico da luta de classes para o conflito de gerações, usando a "natureza" como artifício.

Sobre o papel do *Neoliberalismo*, nova perturbação se apresenta, quando refletimos sobre o papel do Estado frente à questão ambiental, e ao próprio modelo econômico. O Estado é adaptável às condições impostas pela classe dominante, e nesta atual conjuntura demonstra uma atuação dúbia ou mesmo farsesca em relação a esta temática ambiental. Da mesma forma que o Estado, *aparentemente*, se apresenta na *Globalização* alheio às formulações mercadológicas, com aspecto debilitado e no ostracismo das resoluções econômicas, políticas e sociais, fica evidente que se mostra o grande responsável pela supressão das mazelas ecológicas e estímulo da execução da Agenda 21 em escala local, e também da adequação empresarial aos ISO's e demais certificações de tratamento ecológico-social em busca do Desenvolvimento Sustentável.

O que acreditamos ser indiscutível é esta transição ideológica da condição de *trabalhadores* para *consumidores* neste diálogo sobre o esgotamento dos "recursos", e também a evidente *geopolítica ambiental*, em que o controle do território obedece a novas implicações. Estas são inquietações que merecem cuidado para todos aqueles que trabalham em prol da construção de uma alternativa real às intempéries do sistema político-econômico dominante.